

A CRIAÇÃO DO CAMPUS GRAJAÚ DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UTOPIA OU REALIDADE?

THE CREATION OF THE GRAJAÚ CAMPUS OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF MARANHÃO – UTOPIA OR REALITY?

Arizonete da Silva Nascimento Bezerra 1
Josenildo de Jesus Pereira2

Resumo: Neste artigo, apresenta-se o percurso de criação e implantação do Campus da Universidade Federal do Maranhão, no município de Grajaú, em interface com a dinâmica da expansão do ensino superior no Brasil e no Maranhão. Para tanto, se fez a revisão bibliográfica deste tema e, em particular, a história deste Campus com base na metodologia de trabalho orientada pelo do campo da História Oral coletando-se relatos orais de pessoas envolvidas neste processo. Em seguida, tratou-se do Programa de Formação de Professores – PARFOR, desenvolvido pela UFMA e que contemplou a município de Grajaú com uma turma de História e outras de modalidades de Licenciatura diferenciadas. Assim, se compreende que a reflexão aqui apresentada se reveste de uma importância singular por documentar as nuances relativas à gênese do ensino superior no município de Grajaú considerando-o como uma demanda que a muito tempo era perspectivada pela sociedade grajauense para além de uma utopia.

Palavras-chave: Universidade Federal do Maranhão. Campus/ Município de Grajaú. PARFOR

Abstract: This article presents the path of creation and implementation of the Campus of the Federal University of Maranhão, in the municipality of Grajaú, in interface with the dynamics of the expansion of higher education in Brazil and Maranhão. For this purpose, a bibliographical review of this theme and, in particular, the history of this Campus was made based on the methodology of work guided by the field of Oral History collecting oral reports from people involved in this process. Then, it was the Teacher Training Program - PARFOR, developed by UFMA and which contemplated the municipality of Grajaú with a class of history and other differentiated Degree modalities. Thus, it is understood that the reflection presented here is of singular importance for documenting the nuances related to the genesis of higher education in the municipality of Grajaú considering as a demand that for a long time was seen by Grajauense society beyond a utopia.

Keywords: Keywords: Federal University of Maranhão.. Campus/ Municipality of Grajaú. PARFOR

1 - Professora Licenciada em História pela Universidade Federal do Maranhão-PARFOR, atuando na Educação Básica do Município de Grajaú-MA.

2 - Professor Associado III do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação História e Conexões Atlânticas (PPGHIS) da Universidade Federal do Maranhão. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5327-3879>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9341633651001873>. Email jj.pereira@ufma.br

Introdução

Neste artigo, se apresenta as políticas públicas de expansão do ensino superior no Brasil e no Estado do Maranhão, em particular, com ênfase na Universidade Federal do Maranhão em relação ao Programa de Formação de Professores para atuarem na Educação Básica (PROFEBPAR/PARFOR), implementadas a partir da primeira década do ano 2000, destacando a importância do Projeto Educação para Todos, coordenado pela OREALC/UNESCO.

A partir da análise de dados coletados no site do Ministério de Educação (MEC) e que serviram de base aos estudiosos da educação brasileira na análise da situação da educação superior, desde o ano de 1990, destaca-se que as 871 instituições de ensino superior (IES) existentes no Brasil, nesse período, ofereciam 4.288 cursos de graduação, nos quais estavam matriculados 1,54 milhão de alunos, sendo 64% deles em IES particulares. Com o passar dos anos, foi evidenciado, segundo estudo desenvolvido por Andrés (2017) um padrão evolutivo de crescimento, que pouco se alteraria nas décadas subsequentes, sendo caracterizado por uma expansão do número de IES, de cursos e de vagas e o ingresso de novos alunos interessados nas vagas existentes levando a um crescimento significativo das matrículas no ensino superior.

Assim, em 1998, o país já contava com 973 IES, oferecendo 6.950 cursos de graduação, nos quais estavam matriculados 2,13 milhões de alunos, 19% deles em federais e 62% nas IES privadas. No período de abrangência do Plano Nacional de Educação (PNE) (1998-2014), as matrículas de graduação presencial cresceram 153,3%, devido, principalmente, à forte expansão do setor privado, que registrou taxa de crescimento de 201,8%, deixando-nos entrever uma retração nas matrículas do segmento público. (ANDRÉS, 2017).

Essa fase recobre a atuação de três governos brasileiros: o segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) de 1999 a 2002; os dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010, e, também, o primeiro mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff.

Nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, as matrículas na educação superior presencial quase dobraram ao final do período de 2002 (97,8%), em relação por força de um expressivo aumento nas matrículas do setor privado (129,3%), que passaram de uma participação de 60,2% do total em 1995 para 69,7% em 2002. Houve menor expansão das matrículas presenciais públicas; mas, por outro lado, houve um crescimento de 44,7% nas instituições federais no mesmo período relacionado à melhora no fluxo da educação básica ao longo dos anos 1990, o que repercutiu no número de formandos do ensino médio que, entre 1991 e 1999, cresceu 133% (CASTRO, 2000).

No primeiro ano do mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, a matrícula em cursos privados presenciais de graduação ultrapassou os 70% do total, até chegar a 75%, em 2007 e 2008, recuando para 73% em 2010. Com o passar dos anos, se evidenciava um padrão evolutivo de crescimento, que, em grandes linhas, pouco se alteraria nas décadas subsequentes: a forte expansão do número de IES, de cursos e de vagas disponíveis e boa parte delas ociosas, o ingresso de novos alunos muitas vezes menor que o contingente de interessados nas vagas existentes e o crescimento significativo das matrículas totais, sobretudo no setor privado.

Em 2010, foi iniciado o programa federal de formação de professores, como prioridade nos discursos dos governantes, pautado na importância das políticas para a área de formação de professores.

As Políticas de Valorização dos Docentes, nesse período, iniciou com a aprovação da Lei 11.494/2007 (BRASIL, 2007) que passou a regulamentar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), cuja vigência devia se estender até o ano de 2020 para, segundo o seu artigo 2º, a manutenção e o desenvolvimento da educação básica pública e a valorização dos trabalhadores em educação, “incluindo sua condigna remuneração”.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), n. 9.394/1996 (BRASIL, 1996) foram instituídas pelo governo federal diferentes políticas no campo da formação docente voltadas para o favorecimento da formação inicial de professores que atuavam nas redes de ensino em âmbito municipal ou estadual. O investimento em programas de formação de professores

que contemplassem esse segmento se fazia necessário dada a necessidade de atendimento às demandas nacionais em consonância aos compromissos internacionais firmados com o objetivo de ampliar a qualificação de professores da educação básica, visando garantir melhor qualidade para esse nível de ensino.

Nesse contexto, é iniciado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) a política de expansão de seus campi pelo continente maranhense para ampliar a oferta de cursos de licenciatura para formar professores que estivessem trabalhando em escolas públicas ou privadas sem a devida qualificação exigida em lei. Nesse contexto foi criado e implantado o Campus Grajaú da Universidade Federal do Maranhão a partir da parceria entre a UFMA e a Prefeitura Municipal de Grajaú, a qual doou o terreno onde foi construído e hoje funciona o campus da UFMA em Grajaú. Vale ressaltar que, a gestão do reitor da UFMA na época, Prof. Dr. Natalino Salgado Filho, não mediu esforços para estabelecer convênios e parcerias com as prefeituras municipais para a expansão da Universidade e a formação superior docente aos rincões mais distantes do estado do Maranhão.

O ensino superior no Brasil: determinações e programas de formação de professores para a educação básica.

A evolução dos cursos de graduação presenciais no Brasil pode ser mais bem percebida se tomarmos, comparativamente, como referência os dados do Censo da Educação Superior de 2007 com os do último censo divulgado, no do ano de 2010. Nesse contexto, vale salientar que os cursos de graduação na área da Educação (classificação do INEP), totalizavam 6.403 cursos presenciais. Desses 2.807 (43,84%) eram ofertados por instituições de ensino superior públicas e 3.596 (56,16%) ofertados pelo setor privado. Esses dados sugerem que no setor público, a situação detectada pelo Censo do Professor de 1997 (MEC, 1999, 2009) precisava melhorar bastante (MAUÉS; CAMARGO, 2014).

A maioria dos docentes identificados nesse censo possuía apenas nível médio, poucos professores já haviam obtido o nível superior, o que se evidenciava, sobretudo, na região Norte, onde das 54.497 funções docentes identificadas, somente 5,3% eram exercidas por docentes com formação em nível superior; o que pode ser interpretado como uma decorrência da reduzida oferta de cursos de nível superior na região nos anos de 1990. Em vista disso, o propósito do conjunto de medidas adotado pelo governo federal era incentivar a expansão de cursos de formação de professores por meio de programas de qualificação de professores em nível superior; sobretudo porque demandavam um baixo investimentos.

Conforme os resultados da pesquisa realizada em 2009 (*survey*) (GESTRADO/UFMG, 2009) intitulada - "Trabalho Docente na Educação Básica no Brasil", em sete estados brasileiros, no que diz respeito ao tipo de vínculo ou contrato de trabalho do professor, em atuação nas redes de ensino, 24% eram professores temporários, substitutos ou designados (OLIVEIRA; VIEIRA, 2012, p. 44). A referida pesquisa constatou em relação ao salário bruto recebido pelos professores nas unidades educacionais pesquisadas, que a maioria (30%) recebia em torno de 1 (Um) a 2 (dois) Salários-Mínimos (SM); em seguida, 27% deles recebiam de 2 (dois) a 3 (três) SM, e 16% recebiam de 3 (três) a 4 (quatro) SM, evidenciando a concentração da remuneração entre 2 (dois) a 4 (quatro) SM. (OLIVEIRA; VIEIRA, 2012). Convém destacar que, alguns professores ainda retiravam desse baixo salário uma parcela para pagarem mensalidades em curso ofertados pelo setor privado.

Por meio do Decreto nº 6.755/2009 a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), passou a ter a função de fomentar programas de formação inicial e continuada, tal como o Programa de Formação de Professores, PARFOR (CAPES, 2011), no qual o governo federal chamou para si a responsabilidade por essa formação, que antes era feita em programas de formação como os que se realizaram por convênios entre as prefeituras e as instituições de ensino superior ou por iniciativa individual do próprio docente.

Este programa, o PARFOR (CAPES, 2011), passou a ser desenvolvido em diversos estados brasileiros por meio de duas modalidades - cursos de primeira licenciatura e outra como

segunda licenciatura. A primeira modalidade era oferecida para os professores sem formação superior; com uma carga horária de 2.800 horas, mais 400 horas de estágio supervisionado, perfazendo um total de 3.200h. A segunda, por sua vez, era voltada para professores que já possuíam uma licenciatura, mas que atuavam em área diferente. A carga horária era, neste caso, de 800 horas para cursos de licenciatura na mesma área de atuação do docente, ou 1.200h para cursos em outra área de atuação.

A maior parte dos cursos de 1ª licenciatura está localizada em estados localizados nas regiões Norte e Nordeste porque, historicamente, apresentavam um déficit na formação de professores. Nesse contexto, vale salientar que o estado do Pará foi o que apresentou maior demanda por número de turmas (539) em 2010; cuja conclusão trouxe impactos importantes na configuração do perfil docente porque aumentou do nível da formação. Não é demais sublinhar, a parceria de instituições públicas estaduais como as universidades públicas estaduais do Maranhão, Piauí e Ceará.

Estes programas e parcerias promoveram o crescimento exponencial da matrícula e dos cursos de formação. No entanto, vale destacar que ainda não foi o suficiente para alterar, significativamente, os índices da formação docente no Brasil; um fato que exige o esforço contínuo por parte do poder público em suas diferentes instâncias – federal, estadual e municipal articulando as políticas de melhoria da educação básica, por meio, não só da expansão dos cursos de formação de professores, mas igualmente da melhoria dos processos de formação docente e das condições de trabalho que possam atrair os jovens e conseguir manter o professorado já em atuação.

O plano nacional de formação de professores da educação básica – PARFOR: objetivos e resultados

O PARFOR foi, em sua forma original, lançado em 28 de maio de 2009, como uma ação emergencial destinada à formação de professores em serviço, tendo a finalidade de atender às disposições da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação, instituída pelo Decreto nº. 6.755/2009¹, cujas diretrizes estão ancoradas no Plano de Metas *Compromisso Todos pela Educação*, criado pelo Decreto nº. 6.094/2007 como programa estratégico do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Este PDE, lançado em 2007, elenca entre seus objetivos principais a formação de professores e a valorização dos profissionais da educação sintonizado com as orientações, princípios e diretrizes destes institutos, na modalidade presencial. Assim sendo, o PARFOR, foi estruturado em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as IES, para, respeitados o planejamento e a demanda dos sistemas de ensino, garantir a oferta de cursos de formação inicial, na modalidade presencial.

A participação dos estados foi viabilizada por meio de Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) firmados entre a Capes e as Secretarias Estaduais de Educação ou órgão equivalente. Por sua vez, a participação das IES é efetivada por meio de assinatura de Termo de Adesão ao ACT.

Os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente analisaram a demanda das respectivas redes estadual e municipais, planejaram, organizaram e acompanharam o desenvolvimento da formação em cada unidade federada. Para tanto, foram firmados Acordos de Cooperação Técnica com 26 estados e o Distrito Federal. Aderiram ao Programa 142 IES de diferentes esferas administrativas. O PARFOR na modalidade presencial foi implementado pela Diretoria de Formação dos Professores da Educação Básica (DEB). Assim, entre os anos de 2009 e 2010, se verificou a expansão de matrículas em cursos da área da Educação entre os anos de 2009 e 2010. Outra constatação é a de que, segundo dados disponibilizados pela CAPES, em fevereiro de 2013, já haviam sido ofertadas 1.719 turmas distribuídas entre cursos de 1ª Licenciatura (1500 turmas), 2ª licenciatura (289 turmas) e apenas 10 turmas em cursos

¹ [Revogado pelo Decreto nº 8.752, de 2016](#)

de licenciatura voltados para a formação pedagógica de bacharéis.

O acesso ao PARFOR, dá-se por meio de inscrição na Plataforma Freire, no Portal do Ministério da Educação. O candidato deve estar cadastrado no EducaCenso, na função de docente da Educação Básica na rede pública e ter sua pré-inscrição validada pela Secretaria de Educação ou órgão equivalente a que ele estiver vinculado. Precisa, ainda, além de atuar na rede pública de Educação Básica, não ter formação de nível superior; ou ter formação superior, mas se disponibilizar a cursar uma licenciatura na área em que atua em sala de aula.

O PARFOR no Maranhão: finalidade e metas

A carência nacional de professores para atender à Educação Básica, especialmente, na rede pública, e qualificados em todas as áreas do conhecimento ainda é uma realidade em todo território nacional e de forma bem acentuada, no estado do Maranhão.

Dados do Censo da Educação revelam que apenas 15% dos professores que atuam na Educação Básica, em escolas públicas do Estado do Maranhão, têm qualificação adequada. Em se tratando dos professores de Educação Básica, o aumento do número de vagas ofertado à licenciatura em História na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) permitiu conciliar o exercício do trabalho docente com o curso de graduação, contribuindo para a permanência de profissionais, antes não habilitados, no exercício da docência e contornar a situação, graças a ação desenvolvida pelo Ministério da Educação, após criar o Programa de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), conforme dito anteriormente, que, no âmbito da UFMA, denomina-se de PROFEBPAR.

Finalidade

Este Plano tem por finalidade, cumprir o que determina a LDB, nº. 9.394/96 de 20/12/1996 e, assim, contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Básica da rede pública nos estados brasileiros.

3.1.2. Metas do PARFOR

Em linhas gerais, a meta deste Programa é formar professores capazes de exercer atividade docente, com competência técnica e intelectual, consciência profissional e política, criatividade e responsabilidade para atuar na Educação Básica da rede pública dos Municípios do estado do Maranhão.

Para tanto, em termos específicos, o seu propósito é contribuir para o processo de formação do professor da educação básica, instrumentalizando-o frente às questões do ensino e da aprendizagem, e, assim, fortalecer o compromisso social dos professores e professoras com o seu município, a região e o estado do Maranhão, atendendo de forma sistemática as demandas previstas no Plano de Ações Articuladas do Estado do Maranhão (PAC). E, no que se refere a ação social da UFMA, é garantir o seu compromisso de assegurar o desenvolvimento pessoal e profissional de docentes de Escolas da rede pública do estado do Maranhão.

Assim sendo, política de Formação de Professores deste Programa fundamenta no cumprimento do acesso à educação básica de qualidade, constitucionalmente assegurada como direito de todos e dever do Estado. Neste sentido, o decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016, estabelece em seu art. 2º princípios importantes para o alcance de tal finalidade, dentre os quais se destacam os seguintes incisos,

IV - a garantia de padrão de qualidade nos cursos de formação inicial e continuada;

V - a articulação entre teoria e prática no processo de formação, fundada no domínio de conhecimentos científicos, pedagógicos e técnicos específicos, segundo a natureza da função;

VI - a articulação entre formação inicial e formação continuada, e entre os níveis, as etapas e as modalidades de

ensino. (BRASIL, 2009a).

Estes princípios são relevantes. Mas, se compreende que a garantia da qualidade dos cursos de formação docente do PARFOR, ainda apresenta diversos desafios vinculados às ações da Política do Plano; e os relacionados ao desenvolvimento do curso, incluindo questões diversas que vão desde as condições de infraestrutura das instituições aos professores envolvidos no processo de formação. Neste sentido, este processo de qualificação docente implica num ato compartilhado, de trocas e construções de conhecimentos que se complementam à medida que são valorizados e admitidos como integrantes do processo de formação. É nesta direção que se compreende a efetividade dos conhecimentos, habilidades e competências apresentadas para os alunos/professores sem desconsiderar ainda as suas vivências profissionais e pessoais.

A este respeito, Cunha (2008, p. 4), concebe a prática educativa como práxis, a qual significa pensar em “[...] formas alternativas de saberes e experiências, nas quais imbricam objetividade e subjetividade, senso comum e ciência, teoria e prática, cultura e natureza, anulando dicotomias e procurando gerar novos conhecimentos.” Sob esta perspectiva Damis (1996), sublinha que a forma de ensinar traz consigo um conjunto de fatores que evidenciam opções e ideologias de professores no processo ensino aprendizagem; mas, também, as influências externas ao ambiente escolar.

No que diz respeito ao primeiro aspecto, a autora destaca uma questão importante, qual seja, a não neutralidade da prática educativa, identificada na forma de elaborar o planejamento de ensino, organizar os procedimentos metodológicos e recursos didáticos, realizar a avaliação da aprendizagem, relacionar-se com os alunos, etc. No que tange ao segundo aspecto, a autora ressalta as implicações da relação existente entre educação e o sistema econômico capitalista para o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem.

Em se tratando, especificamente do primeiro aspecto destacado pela autora citada, e o qual se relaciona mais diretamente com nosso objeto de análise, se percebe a relevância de seu desenvolvimento para a construção de um processo de formação comprometido com a qualidade social da educação, tendo em vista, sobretudo, a construção de conhecimentos que essas práticas podem gerar na vida do trabalhador docente a partir de uma intervenção reflexiva e problematizadora aqui, entendida, como práticas educativas inovadoras.

Para Moraes (2004, p. 47-48), a prática educativa inovadora tem como princípio fundamental a mediação pedagógica definida pela “co-responsabilidade, cooperação e solidariedade, com ênfase nas estratégias cooperativas de aprendizagem, nas cooperações mútuas e na valorização de propostas coletivas”. No entanto, não é demais ressaltar que essas práticas educativas aqui entendidas como elemento de qualidade à formação docente são analisadas a partir do contexto mais amplo da sociedade e da educação, isto é, como parte de um todo que é complexo e contraditório, no qual a educação, historicamente, tem assumido uma dupla função. Uma para a manutenção do *status quo*, destinada à formação intelectual da elite dominante e outra para forma mão-de-obra disciplinada com noções de leitura, escrita e a matemática (SAVIANI, 2006).

Metas do PARFOR

A partir do exposto, a meta fundamental deste Programa é formação de licenciados, com graduação plena, para o exercício da docência na Educação Básica. Para tanto, o curso tem, no mínimo, a duração de três anos e meio, devendo os alunos e alunas obter sua integralização em 42 meses.

O PARFOR/UFMA no Município de Grajaú-MA: os cursos de licenciatura em Ciências Humanas e Naturais

O Reitor da UFMA no uso de suas atribuições legais, através de Ato Legal de Criação instituiu a Resolução nº 134 – CONSUN de 24 de maio de 2010, criou o Curso de Ciências

Naturais – Química, Código – 1117820 com 60 (sessenta) vagas no turno noturno, presencial e o Curso de Geografia, Código – 1117820, objeto da mesma Resolução, reconhecidos pelas Portarias nº. 614 de 30/10/2013, DOU 31/10/2014, bem como, o Curso Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia Código - 1270684, a nível de bacharelado presencial através da Portaria nº 189 de 08/11/2013. A escolha destes cursos expressam os interesses locais do município de Grajaú-MA, o qual na pessoa do seu Prefeito municipal, à época, o senhor Mercial Lima de Arruda, o qual não mediu esforços para que esse projeto educacional tivesse êxito.

O campus da UFMA, em Grajaú, atende a meso-região centro maranhense integrada pelos municípios de Arame, Barra do Corda, Joselandia, Sítio Novo e Tuntum e a região do Alto Mearim e Grajaú. O município possui uma área de 7.408 quilômetros quadrados e dista da capital maranhense, São Luis, 418.284 quilômetros de distância, ligando-se a capital por meio da BR 226 e a MA 006, sendo considerado como um dos vinte municípios maranhenses mais populosos.

Grajaú se mantém à base de uma economia diversificada, tendo destaque na agricultura e pecuária, além da piscicultura, polo gesseiro, polo de soja, turismo local e extrativismo. Em termos culturais apresenta destaques na literatura produzida por filhos da terra, importantes e expoentes escritores e pensadores.

A justificativa para sediar um Campus da UFMA, em Grajaú, se deu em função da necessidade de qualificação da mão de obra para atuar na Educação Básica, a qual, na época da fundação do Campus estava com um IDH abaixo da média nacional; bem como, ao fato de existir só 44 (quarenta e quatro) docentes na rede municipal com a licenciatura em nível superior; 06 (seis) docentes com bacharelado, 06 (seis) docentes com ensino médio completo; 202 (duzentos e dois) com curso normal médio e 3 com ensino médio incompleto, totalizando 261 (duzentos e sessenta e um) docentes.

Fotografia 1. Primeira casa onde funcionou o PARFOR em Grajaú-Maranhão



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

O processo de interação entre a UFMA e a Prefeitura Municipal foi iniciado com a realização de seminário promovido pela Pró-Reitoria de Ensino para discutir acerca do papel da Universidade na oferta de licenciaturas no município. A partir destas discussões foram formados Grupos de Trabalho constituído professores dos departamentos de Ciências Humanas e Naturais para tratarem a respeito da criação dos cursos a serem oferecidos. Após a decisão, os cursos foram homologados pela Portaria n. 53/2009–PROEN. Cabe ressaltar que, segundo informações obtidas nos departamentos de cursos, esse seminário foi facilitador do trabalho de planejamento em torno da escolha dos cursos, seus projetos pedagógicos e o atendimento a demanda local.

Hoje, o Campus Grajaú- UFMA conta com duas turmas de Ciências Humanas e duas de Ciências Naturais. Como já sublinhado, o PARFOR/UFMA, em parceria com a CAPES, ofertou, emergencialmente, aos municípios a formação inicial e continuada dos professores da educação

básica da rede pública da educação, cursos de graduação de primeira e segunda licenciaturas para atender o que está sendo proposto na legislação vigente. Assim sendo, a oferta do Curso de Licenciatura em História do PROFEBCAR cumpria com o compromisso social junto a sociedade maranhense local contribuindo para suprir as carências do ensino básico na região.

O campus de Grajaú - Maranhão

A prefeitura do município de Grajaú procurando melhorar os níveis educacionais e, por conseguinte, as suas metas rumo a uma educação de melhor qualidade e, ainda considerando a comemoração de seu bicentenário, contribuiu para a implementação e construção do Campus Universitário da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, com o propósito de atender a demanda do centro-sul do Estado do Maranhão.

O Campus da UFMA, em Grajaú, está localizado na Avenida Aurila Maria dos Santos Barros Sousa, 2010, Loteamento Frei Alberto Beretta, CEP: 65940-000, Grajaú-MA, à margem esquerda da BR 226, no sentido Grajaú-Porto Franco. Ele ocupa uma área de dois hectares mas, em breve, incorporará mais 10 hectares de terreno doado à Universidade Federal do Maranhão pelo poder Público Municipal na gestão do Prefeito Mercial Lima de Arruda.

O Campus funcionou de agosto de 2010 a abril de 2012 em espaço provisório, cedido pelo município. Hoje, funciona em prédio próprio com oito salas de aulas, Biblioteca, Laboratório de Informática, Laboratório de Física, Química e Biologia, Auditório, salas administrativas, banheiros, lanchonete e restaurante, tudo dentro do moderno padrão de acessibilidade.

O seu quadro docente é composto por 23 professores, mestres e doutores, que lecionam em dois cursos regulares - Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas, com habilitação em Geografia e Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais com habilitação em Química.

O Campus também é sede de Cursos do PROFEBCAR que é o mesmo PARFOR denominação dada pela UFMA, funcionando com turmas de 1ª Licenciatura em História e 1ª Licenciatura em Pedagogia, em cumprimento a convênio firmado entre o Ministério da Educação com a Universidade Federal do Maranhão e o Município de Grajaú.

O campus de Grajaú pretende implantar e um Curso de Pós-Graduação Latu Sensu, em Gestão e Educação Ambiental. Possui também a primeira revista de Geografia do Maranhão - a revista eletrônica Interespaço: revista de Geografia e interdisciplinaridade, Conceito B-3 para a área de Geografia. Convém lembrar que os cursos atendem à demanda de universitários do município e dos municípios circunvizinhos, além de abrigar alunos de outros estados da federação.

Fotografia 2. Fachada Campus UFMA Grajaú-MA



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

A Resolução nº 140-CONSUN, de 25 de maio de 2010 criou o Campus de Grajaú como Unidade Administrativa da Universidade Federal do Maranhão. A atuação de Flávio Dino como deputado federal rendeu muitos e bons frutos para o Maranhão, pois, ao assumir o seu mandato de deputado federal, em 2007, foi responsável pela emenda que criou o campus da UFMA (Universidade Federal do Maranhão) em Grajaú.

O Campus, iniciou em espaço provisório, cedido pelo município e contou com 2 cursos regulares e 3 Cursos do PROFEBPAR, atendendo a demanda de universitários do município e dos municípios circunvizinhos, além de abrigar alunos de outros estados da federação. Em 6 de agosto de 2010, às 08h foi realizada a aula inaugural dos Cursos de Educação Física, 2ª Licenciatura e Pedagogia 1ª Licenciatura; sendo 02 (duas) turmas de Pedagogia com 103 alunos, 01 turma de Educação Física com 20 alunos.

O atual Diretor do Campus é o Prof. Dr. Jefferson Almeida Rocha e a Coordenadora do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais a Profa. Dra. Ionara Nayana Gomes Passos, tendo como Coordenador do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais o Prof. Dr. Roni César Andrade de Araújo e Coordenadora do PARFOR presencial Profa. Me. Cristina Torres da Silva Ferreira.

No Campus Grajaú foram desenvolvidas muitas atividades de pesquisa e extensão como contando com a parceria dos alunos e dos seus professores em áreas e especialidades diversas, conforme está registrado na página da UFMA:

1. Avaliação da atividade antimicrobiana e anti-helmíntica de *Montrichardia linifera* (Arruda) Schott (Araceae), coordenado pelo Prof. Me. Jefferson Almeida Rocha;
2. Estudo químico quântico computacional de biomoléculas com atividade contra doenças negligenciadas, coordenado pelo Prof. Me. Jefferson Almeida Rocha;
3. Análise da presença de enteroparasitas em hortaliça comercializada em feiras e supermercados do município de Grajaú-Maranhão, coordenado pela Profa. Ma. Suellen Azevedo;
4. “Saberes docentes e saberes indígenas Tentehar: perspectivas de uma educação intercultural a partir do Ensino de Ciências - Centro de Ensino Indígena Djalma Marizé Filho, Aldeia Morro Branco, Município de Grajaú-MA”- Coordenado pela profa. Ma. Neusani Oliveira Ives Felix;
5. “Campesinato e o Estado do Maranhão: impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF no assentamento Remanso em Grajaú-MA”, coordenado pelo Prof. Me. Luciano Rocha da Penha;
6. “A produção do espaço no centro-sul maranhense: estratégias capitalistas e processos urbanos no município de Grajaú-MA”, coordenado pelo Prof. Me. Luiz Eduardo Neves dos Santos;
7. “Entre o Ensino Médio e a universidade: política de cotas raciais e discursos de autoafirmação de estudantes negros”, coordenado pelo Prof. Dr. Ramon de Santana Alcântara.
8. “Paz, caridade e humildade: possibilidades através da vida e obra de Mahatma Gandhi”, coordenado pelo Prof. Me. Samir Araújo Casseb.

Em nossa pesquisa de campo, por meio de coleta de relatos orais, foi possível reconfigurar nuances da historicidade do processo de criação e implantação do Campus da UFMA, em Grajaú. Os colaboradores da pesquisa foram a Prof.ª Mestra Cristina Torres da Silva Ferreira (Coordenadora local do PROFEBPAR/UFMA - Campus de Grajaú); o Dr. Flávio Dino de Castro e Costa, ex-governador do Estado do Maranhão; Dr. Allan Kardec Duailibe Barros Filho, **natural de Grajaú e ex** Pró-reitor de Pós-graduação da UFMA; o Prefeito Municipal de Grajaú – o senhor Mercial Lima de Arruda; o Secretário de Educação; o Reitor Prof. Dr. Natalino Salgado Filho; professores da universidade que participaram do referido evento, tal como a Prof.ª Sandra Maria Barros Alves Melo, que foi Diretora de Centro desse Campus.

Os relatos dos depoentes foram baseados em perguntas semiestruturadas formulada a respeito do processo de criação e implantação do Campus UFMA em Grajaú. O uso literal de parte dos relatos está fundamentado no Termo de Compromisso Livre e Esclarecido/TCLE,

assinado pelos depoentes.

A primeira questão formulada para os depoentes diz respeito à participação deles no projeto que deu origem a construção e inauguração do Campus Grajaú UFMA.

Em sua resposta, Prof^ª. Cristina Torres Ferreira sublinhou que contribuiu participando em “reuniões com líderes de jovens, os quais almejavam a fundação do Campus em Grajaú”; bem como, acompanhando “o processo de construção estrutural e ideológico, pois, esteve presente desde a delimitação do espaço para construção, até a concretização da obra e da estrutura organizacional como coordenadora local do PARFOR/PROFEBPAR”. E, assim, ela “é grata pela homenagem que se encontra eternizada na história do Campus tendo seu nome na Placa de inauguração do Campus”.

Por sua vez, O Dr. Flávio Dino de Castro e Costa, ex-governador Estado do Maranhão, destacou “que recebeu em 2006 um abaixo assinado com milhares de assinaturas de jovens, na época liderados pela Simone Limeira e outras jovens lideranças de Grajaú”, assumindo “o compromisso de que enviaria essa reivindicação tão logo fosse possível”, tal como procedera ao iniciar o seu “mandato de deputado Federal, em março de 2007” apresentando uma “indicação parlamentar requerendo que houvesse a expansão do trabalho da Universidade Federal do Maranhão para a cidade de Grajaú, com a Instalação do Campus da Universidade” e, depois, “encaminhou essa solicitação em nível orçamentário destinando emendas, além de contatos com Reitor da época e com o próprio Ministério da Educação”. Como ele sublinhou, “todo esse trabalho resultou na aprovação e instalação do campus da UFMA em Grajaú.

O Prof. Dr. Allan Kardec Duailibe Barros Filho endossa a relevância do movimento participativo de pessoas interessadas na criação deste Campus sublinha o seguinte:

esta obra foi completa e total, que nós fizemos a partir de um grupo de algumas pessoas que eu me recordo o Sergio Limeira, a Simone e de outras pessoas, e estava claro o prefeito da época era o Mercial Lima e estava também Flávio Dino. Então nós iniciamos esse grupo para fazer a “Coleta de Assinatura”, a ideia inicial como tinha iniciado o reúne nós fizemos então uma coleta de assinaturas, e essa coleta de assinaturas desaguou em 30 mil 40 mil assinaturas, não me recordo exatamente, que a gente trouxe para o Reitor da época o professor Natalino Salgado, isso foi um passo enorme para garantir essas assinaturas, foi um passo enorme para garantir o Campus Grajaú, sem elas não aconteceriam.

No que se refere a participação do Prefeito Municipal de Grajaú Mercial Lima de Arruda, ele sublinhou que ela se deu porque tinha,

a convicção de que a EDUCAÇÃO transforma positivamente as pessoas, e que, estas ajudam, positiva e significativamente a mudar a SOCIEDADE/COMUNIDADE em que vivem todas as pessoas. Assim movido por essa convicção sempre fiz o maximo para estimular a EDUCAÇÃO e a EDUCAÇÃO PÚBLICA SUPERIOR EM GRAJAÚ, sempre foi para mim um sonho indelével, uma OBSESSÃO até. Destarte como político (Prefeito e Deputado Estadual) diligenciei incessantemente e eficientemente, pela presença da UFMA com seus programas e projetos educacionais, nesse município importantíssimo, e nessa vasta e rica região, Centro-Sul do Maranhão.

Por isso, ele, um pouco antes, já havia feito diligências nessa perspectiva junto “aos Magníficos Reitores Aldy Mellode Araújo, Otton de Carvalho Bastos, Fernando Antonio Guimarães Ramos, e Natalino Salgado Filho. Junto aos Pro-Reitores José Américo da Rocha

Barroqueiro e o Professor Allan Kardeck Duaailibe Barros Filho, digníssimo conterrâneo grajauense” e, também, “ao então deputado Federal Flavio Dino e a todos que pudessem contribuir para tornar um SONHO realidade. Para tanto, “Um terreno haveria de ser doado, com urgência, para a construção a sede do Campus”, uma exigência que “foi atendida com presteza. Doado o terreno, “incontinenti” principiou a edificação e a implementação da belíssima sede do Campus da UFMA, em Grajaú-Maranhão”.

Por fim, a respeito deste grande evento, ou seja, a instalação do Campus da UFMA em Grajaú, ele sublinhou,

Instalada, muito bem instalada, a sede do Campus da UFMA em Grajaú, foi assinado, o Termo de Cooperação Técnica da Prefeitura Municipal de Grajaú com a UFMA, para implantação do PARFOR/PROFEBPAR; que desde então, vem formando profissionais, com elevada competência, os quais socializam seus elevados conhecimentos, com milhares de cidadãos e cidadãs, nas salas de aula deste e de outros muitos municípios. Aqui, é dever e JUSTIÇA, enfatizar, louvar e agradecer o trabalho competente; o comprometimento e o elevado desempenho da Professora Cristina Torres Ferreira. Enfatiza-se também, o trabalho meritório da Professora Sandra Barros; e bem assim dos ilustres Diretores Gerais do Campus – Professores Francisco Vale Lima, Jefferson Almeida Rocha, e de igual modo, dos Professores e demais Servidores do Campus de Grajaú.

A participação da Professora Sandra Maria Barros Alves Melo, se deu com o processo em curso, pois como bem destaca, ela chegou após o projeto “que deu origem a construção e a inauguração do Campus”. No entanto, ela salienta que participou “ativamente da construção”, inclusive agindo “de certa forma como uma fiscal de obras” indo “lá todas as semanas, as vezes mais de um dia da semana e acompanhava a obra”. Ela ressalta que a finalização da obra atrasou, mas, ainda de modo precário, foi possível, “em 2012, no dia 16 de abril”, realizar o “primeiro dia de aula”, sem que o prédio tivesse sido inaugurado, pois, “o Campus só foi inaugurado em setembro de 2015”. A este respeito ela recorda que isso ocorreu porque,

quando nós nos mudamos, nós tínhamos um mínimo de equipamentos e a construção não era finalizada, então foram chegando mais carteiras, os data-shows, o mobiliário, todo o processo, e quando nós nos mudamos ainda não tinha o pessoal completo, a gente tinha professor; pessoal de limpeza, segurança, mais não tínhamos servidores administrativos como nós temos agora, então, aí foi a montagem do laboratório, organização e aí a gente fez a manutenção do Campus, e isso nós tivemos um forte apoio da prefeitura pra mudança.

No que se refere a relevância da prefeitura para a mudança para o prédio do Campus, ela sublinha que,

a prefeitura foi por agilizar a ligação de energia, porque isso era umas das coisa que nos impedia de mudar, porque sem energia não teríamos iluminação, e também o poço não poderia funcionar, e a gente ia ficar sem água, a prefeitura também nos presenteou o Campus com os jardins, um profissional foi e fez toda a parte de ornamentação, no qual a gente tentou manter por muito tempo e continua tentando, nós tivemos a aquele que se mantém até hoje, o

transporte para os alunos devido a distância.

Por fim, a referida professora destaca que não esteve na origem do processo de criação e implantação do Campus da UFMA, em Grajaú, porque só entrou “na Universidade e assumi a direção a partir de setembro de 2010”.

No que se refere a contribuição do Campus da UFMA, em Grajaú, para a melhoria do nível da educação local, à forma e em quais setores, a Professora Cristina Torres da Silva Ferreira argumentou que sim porque,

A implantação do Campus da UFMA, em Grajaú, foi e é uma grande conquista para nossa região. A melhoria na educação local é perceptível, pois, mesmo durante o estágio os acadêmicos já contribuem com a educação local e no caso específico do Curso de Pedagogia do PARFOR/PROFEBPAR que atende os professores da rede pública de Ensino que ainda não têm licenciatura, pode-se perceber, notadamente, o avanço na qualidade do ensino. Como os cursos ofertados são de licenciatura no âmbito educacional o destaque é maior, porém, registra-se a partir dos projetos de extensão o envolvimento da comunidade que vão desde a preservação do meio ambiente com os projetos do curso de Licenciatura interdisciplinar em Geografia às composições químicas e estudos de plantas com os projetos do curso de Licenciatura interdisciplinar em Química.

Nesta perspectiva, Dr. Flávio Dino de Castro e Costa, também reafirma que este o Campus é relevante para Grajaú e a região porque,

abriu novas perspectivas para os jovens que concluíram, nesse período, o ensino médio e, com isso, conseguiram ter a continuidade da sua formação. Além disso, esses profissionais estão inseridos no mercado local, inclusive na área educacional, ou seja, são profissionais formados na Universidade que estão ajudando na qualificação da Educação na cidade de Grajaú e em toda região.

A este respeito, o Prof. Dr. Allan Kardec Duailibe Barros Filho também considera que este Campus da UFMA é, em Grajaú, muito importante porque,

ele modificou completamente o cenário de educação da cidade. Porque quando você traz uma graduação, ela enseja uma mudança nos outros níveis abaixo, seja de Ensino Médio ou Ensino Fundamental, porque as pessoas passam a querer subir e ir para um Ensino Superior. Eles veem, presencialmente, que o Ensino Superior está em sua cidade. A outra coisa que aconteceu que também ajuda muito a cidade é que você traz professores, professoras, técnicos; a Universidade começa a investir e a gastar na cidade, a usar os serviços da cidade, com isso você tem pessoas que estão comprando mais, comprando no supermercado, mercearia, comprando peixe etc. Então você tem um novo cenário completamente diferente do anterior.

O prefeito Municipal de Grajaú, o senhor Mercial Lima de Arruda, também concorda com os argumentos já destacado porque este Campus, conforme ele sublinha,

Contribuiu e contribuirá, principalmente com a formação de professores, em nível superior. Professores, estes, que, nas redes escolares locais, utilizam os conhecimentos técnicos adquiridos nas suas licenciaturas plenas, feitas na UFMA – Campus Grajaú.

A partir desta perspectiva ainda destaca que,

A contribuição, ora em análise, beneficiou e beneficiará todos os setores da atividade humana, uma vez que os alunos formados nas redes escolares supra referidas, depois se tornam profissionais e se engajam em todos esses setores, como: Médicos, Advogados, Professores, Pedreiros, Mecânicos, Cozinheiros, Engenheiros, Agrônomos, Médicos Veterinários, Enfermeiros, Zootecnistas, Produtores Rurais, etc. Aqui, é indispensável enfatizar: o campus da UFMA em Grajaú, beneficia cidadãos e cidadãs de muitos outros municípios do Maranhão e de outros estados.

Em consonância com estas leituras positivas acerca da criação e a instalação do Campus da UFMA, em Grajaú, a Professora Sandra Maria Barros Alves Melo nos lembra que no processo seletivo realizado pela Prefeitura de Grajaú, no ano de 2014, “os alunos da turma 2010.2 passaram, praticamente, todos que fizeram o seletivo”. Em vista de tal ocorrência, ela salientou que “eu vejo neles um empenho, uma dedicação, estudo, e eles buscando melhorar”, e levantou a seguinte questão - O resultado está onde? Em resposta destacou que, “Nós temos mais alunos hoje no Campus; as nossas turmas são preenchidas e, anteriormente, a esses alunos egresso da 2010.2 estarem ampliando em sala de aula, a gente não conseguia completar o número de alunos”.

Como se pode notar da análise das respostas dos depoentes, o esforço conjugado para a criação e implantação do Campus da UFMA, em Grajaú, se reveste de uma singular importância para o município e os demais de seu entorno, na região, para além da qualificação docente e a melhoria dos níveis educacionais de alunos e alunas, pois, no longo prazo, será possível o acesso deles em outros campos profissionais, como bem destacou o senhor prefeito Mercial Lima de Arruda.

Isto posto, não é demais salientar, conforme sublinha a Professora Cristina Torres da Silva Ferreira que “o envolvimento da sociedade foi o trampolim para que as autoridades políticas e institucionais buscassem recursos para a criação do Campus, e casou esse desejo com as políticas de expansão das Universidades Federais através do REUNI.

A este respeito, o então Deputado Federal, o Dr. Flávio Dino de Castro e Costa, recorda que

Na época, havia uma política de expansão de acesso ao ensino superior, liderada pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, portanto, havia um ambiente político favorável à expansão de serviços públicos educacionais, na medida em que se consolidava a visão de um desenvolvimento inclusivo, ou seja, que não fosse para poucos e sim para todos. Esse ambiente geral facilitou o encaminhamento e aprovação dessa reivindicação junto ao Governo Federal e depois a instalação da UFMA em Grajaú. É importante ressaltar que houve o fator da ampla mobilização feita pela própria sociedade local, marcadamente pela juventude, e isso mobilizou a mim e a outros agentes públicos para o encaminhamento desse pleito.

No que se refere a essa conjuntura favorável, o professor Dr. Allan Kardec Duailibe Barros Filho reforça a tese de que foi,

a mobilização popular; essa é a resposta fundamental, a mobilização popular com algumas lideranças que eu já destaquei aí, Mercial Arruda, Flavio Dino, Simone Limeira, Sergio Limeira, e eu mesmo também tive extraordinariamente envolvido, acredito que essa mobilização ampla foi importante para que se instalassem o Campus em Grajaú e, obvio, também, a iniciativa do Governo Lula; sem a iniciativa do REUNI do Governo Lula jamais a gente teria um Campus em Grajaú.

Por isso, o prefeito Municipal de Grajaú Mercial Lima de Arruda reafirma que os elementos que foram determinantes para a efetividade do Campus da UFMA em Grajaú foram,

A existência do Programa do Governo Federal, através do MEC para a interiorização das Universidades Públicas no Brasil; a boa fase da economia brasileira, disponibilizando recursos financeiros necessários para edificações das instalações físicas do Campus e para sua implementação, principalmente, com os recursos humanos indispensáveis; as diligências permanentes e eficientes de todos e todas que ajudaram na consecução deste inestimável bem público para Grajaú; a sensibilidade social, a solicitude e o elevado espírito público das autoridades da UFMA; DOS MAGNIFICOS Reitores; em especial da competência e da coragem, e da ousadia do Magnifico Reitor Dr. Natalino Salgado Filho.

Por fim, sem desconsiderar o que já foi salientado no que diz respeito à vontade política conjugada de autoridades políticas, a professora Sandra Maria Barros Alves Melo sublinha a força da demanda das sociedades locais por este Campus da UFMA na região centro-sul do Maranhão, nos seguintes termos,

É a UFMA que cria sozinha o Campus? Não, não é a determinação dela, tem a questão da quantidade populacional, de quantas pessoas, de quantos municípios vai atender; e Grajaú por se encontrar na região Centro-Sul, e tendo todos esses municípios que próximos que não tinham Universidade também contribuiu juntamente com a força política de deputados, vereadores e prefeitos locais, e essa ênfase tem que ser dada porque o reitor sozinho não cria Campus.

Em relação a presença do Campus da UFMA, em Grajaú e, por extensão, aos demais municípios da região Centro-Sul do Estado todos os depoentes foram unânimes em reconhecerem a sua importância social.

Para a Professora Cristina Torres da Silva Ferreira, este “representa para a sociedade local e circunvizinha um sonho realizado. Representa também no âmbito político uma conquista regada a união de esforços de todas as instâncias”. Conforme o Dr. Flávio Dino de Castro e Costa, deputado Federal, à época, considerando que a UFMA é uma instância de formação profissional e de produção do conhecimento, também salienta a relevância deste Campus da Universidade Federal do Maranhão para “a tradicional e querida cidade de Grajaú, com sua importância de polo cultural do Maranhão”.

Nesta perspectiva, o Professor Dr. Allan Kardec Duailibe Barros Filho, destacou o seguinte,

Acredito que a UFMA, em Grajaú-MA, muda completamente o cenário das pessoas, dos atores políticos e sociais, as pessoas que passam a influenciar outras, ali a gente ver os estudantes, os movimentos estudantis que já começam. Tem aí movimentos fortes de estudantes, movimento dos professores, o professor conversa com a vizinha, conversa com o dono da farmácia, conversa com todo mundo. Então a modificação social, estou falando imediata da sociedade, claro que ainda tem os cursos, esses cursos eles revolucionam porque trazem ali como eu falei, elevam na sociedade, imediatamente, a educação que não tinham antes.

Para o prefeito de Grajaú, o senhor Mercial Lima de Arruda, o Campus da UFMA, em Grajaú é, a instituição mais importante na Promoção do Desenvolvimento Sustentável deste município e desta Região. Referi-me aos Desenvolvimento Sustentável, do ponto de vista Ambiental, Econômico e Social. No Campus da UFMA- Grajaú, as pessoas se preparam para o exercício pleno dos seus direitos e deveres como cidadãos e cidadãs.

A este respeito, a Professora Sandra Maria Barros Alves Melo, uma emigrante do interior do Maranhão, o município de Açailândia, aos 18 anos porque lá não tinha a oportunidade de fazer um curso superior salienta que, “a presença da UFMA, em Grajaú, significa oportunidade para muitos que não podem se deslocar para outros locais”. Assim sendo, “ela traz desenvolvimento educacional, então agora Grajaú oferece os três níveis de ensino - o fundamental, o médio e o superior”. Acerca deste ponto ela destaca que,

Uma Universidade federal é uma grande vantagem, que no Maranhão só 8 municípios conta com um Campus Universitário da UFMA, num estado com 217 municípios (...) uma universidade traz a vida acadêmica na presença dos professores, dos seus funcionários, e de seus alunos (...) traz, também, desenvolvimento econômico.

No que se refere ao aspecto econômico ela salienta a relevante contribuição do Campus da UFMA, pois, quando os professores e técnicos e terceirizados “havia poucos restaurantes, poucos locais de saída”. Assim, os salários de professores, técnicos e terceirizados, bem como os recursos das bolsas de estudante, no valor de R\$ 400,00, todo mês circulando em Grajaú, aqueceu e dinamizou a economia local. Afinal, os professores pagavam aluguéis; diárias de hotel; almoçavam, jantavam e consumiam artigos e bens do comércio local. Em vista disso, ele também compreende que a “a presença da UFMA em Grajaú é muito importante”.

Os depoentes, ao serem perguntados se eles consideram o Campus UFMA-Grajaú como utopia ou realidade, eles foram unânimes em dizerem que são os dois. Realidade porque, de fato, o Campus existe. E utopia, porque muito ainda há que ser feito, como, a ampliação e a diversificação dos cursos oferecidos até então.

Considerações Finais

Da análise, sobretudo, dos relatos orais dos depoentes que estiveram envolvidos no processo de criação e implantação do Campus da UFMA, no município de Grajaú, se conclui que este se reveste de uma singular importância para este município e os demais de seu entorno na região Centro-Sul do Estado do Maranhão por muitos motivos. Um deles é que atenua problemas como a saída de seus filhos para estudarem cursos de nível superior em outros lugares. Outro, dado a ênfase em cursos de Licenciatura melhorou, substancialmente, a qualidade do ensino na região por formar novos professores de excepcional nível de qualificação por meio, inclusive, do Programa PARFOR, para atuarem em Escolas da Educação Básica em Grajaú e em outros municípios.

No que se refere a vida social e a economia locais, não demais salientar que o Campus da

UFMA, em Grajaú, a dinamizou ao fazer circular mais recursos financeiros na cidade devido às demandas de professores, técnicos e terceirizados por moradia, alimentação, vestuário e lazer acrescidas de outras por parte de alunos bolsistas do Campus.

Assim sendo, se compreende a partir dos relatos dos depoentes que este Campus é uma realidade efetiva, mas, ainda uma utopia uma vez que ele ainda continua demandando por mais investimentos públicos, pela ampliação e diversificação de seus cursos de modo a atender às expectativas das sociedades locais da região Centro-Sul quanto às suas utopias sociais e econômicas.

Enfim, se trata de um sonho utópico que se tornou realidade: a Universidade Federal do Maranhão, em Grajaú, aproveitando a política nacional de expansão da educação superior, no âmbito da formação de professores, levado a cabo por um governo federal comprometido com a inclusão social de segmentos sociais colocados, historicamente, à margem de políticas públicas que lhes melhorasse a condição de vida.

Referências

ANDRÉS, Aparecida. **Expansão da educação superior sob os planos nacionais da educação: expectativas, fatos e perspectivas**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema11/expansao-da-educacao-superior-sob-os-planos-nacionais-da-educacao-expectativas-fatos-e-perspectivas_aparecida-andres>. Acesso em 14 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 12 nov. 2019.

BRASIL. **Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996** (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. 1996b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9424-24-dezembro-1996-365371-norma-pl.html>. Acesso em: 03 out. 2019.

CAPES. **PARFOR. I Encontro Nacional PARFOR Presencial**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor/i-encontro-nacional-do-parfor>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. **Tendências na educação superior do Brasil**. Brasília: MEC/Inep, out. 2000.

CUNHA, Maria Isabel da. Inovações pedagógicas: tempos de silêncios e possibilidades de produção. **Interface - Comunic, Saúde, Educ**, v7, n13, p.149-58, ago 2003. Disponível em: <https://scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/icse/v7n13/v7n13a10.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2019.

DAMIS, O. T. Planejamento escolar: expressão técnico-política de sociedade. In: VEIGA, I. A. (org.) **Didática: o ensino e suas relações**. Campinas: Papirus, 1996.

MAUÉS, Olgaíses Cabral; CAMARGO, Arlete Maria Monte de. A expansão do ensino superior; políticas de formação docente e atratividade da carreira. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 1, p.77-91, 2014. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br>. Acessado em: 30 out. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. d. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MORAES, Paulo Henrique de Almeida. **Manutenção produtiva total: estudo de caso em uma empresa automobilística**. Taubaté: UNITAU, 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIERA, Lívia Fraga. O trabalho docente na educação básica no estado do Pará: conhecendo novos docentes e suas condições. In: MAUÉS, Olgaíses; CAMARGO, Arlete; OLIVEIRA, Dalila; VIEIRA, Lívia. (Orgs.). **Trabalho docente na educação básica: o Pará em questão**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

Relato Oral do Prefeito Municipal de Grajaú Dr. Mercial Arruda, maio- agosto, 2019.

Relato oral da Professora Maria Cristina Torres Ferreira, maio- agosto, 2019

Relato oral do Professor Dr. Allan Kardec Duailibe Barros Filho, maio- agosto, 2019

Relato Oral do Professor Dr. Flávio Dino de Castro e Costa, maio- agosto, 2019

Relato Oral da Professora MS Sandra Maria Barros Alves Melo

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 38 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.